

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, DE 2011

Acrescenta dispositivos à Constituição Federal vedando a realização de eleições em data próxima a feriado nacional.

EMENDA Nº

Inserir na Proposta um novo artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 115. É assegurado às mulheres percentual mínimo de representação nas cadeiras da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, nas 3 (três) legislaturas subsequentes à promulgação desta Emenda Constitucional, nos termos da lei, vedado patamar inferior a:

- I – 15% (quinze por cento) das cadeiras na primeira legislatura;
- II – 23% (vinte e cinco por cento) das cadeiras na segunda legislatura; e
- III – 30% (trinta por cento) das cadeiras na terceira legislatura.

“§ 1º Quando do pleito eleitoral não resultar a ocupação por candidatas mulheres do percentual mínimo a que se refere o caput, **a candidata individualmente mais votada não eleita ocupará o lugar do candidato eleito menos votado de seu próprio partido**, se houver, o mesmo



acontecendo com as demais candidatas mais votadas, na ordem decrescente das votações recebidas, até que aquele percentual mínimo seja atingido.

§ 2º Serão considerados suplentes os candidatos não eleitos do mesmo sexo dentro da mesma legenda, obedecida a ordem decrescente de votação nominal.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta aqui apresentada inspira-se na norma constitucional que foi aprovada no Senado Federal, a PEC 134, de 2015, já aprovada também pela Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para sua análise. Trata-se de garantir diretamente que cadeiras da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, sejam ocupadas por mulheres em um percentual mínimo, para além da destinação de vagas nas listas de candidaturas.

A evolução dos últimos 20 anos mostra que as cotas de candidaturas não foram suficientes para que ocorresse um aumento significativo de mulheres. Nosso sistema é de lista aberta, onde não há como garantir posições pré-definidas para as mulheres. As eleições brasileiras são altamente competitivas e demandam altos gastos de campanha, difíceis de sustentar para a maior parte das candidatas; além disso, é um “mercado” difícil de entrar, construir uma carreira política tem sido bem mais difícil para as mulheres.

É necessário mudar o tipo de cota adotada. Já que as cotas de candidaturas demonstraram um crescimento abaixo do esperado, a experiência internacional nos indica o caminho da reserva de vagas. Há expressivo número de países que adotam esta modalidade de cota. Exemplo recente deu o Chile, elegendo uma Assembleia Constituinte onde foram reservadas 50% das cadeiras para as mulheres.

Na proposta aqui encaminhada, o percentual mínimo reservado para as mulheres valeria por 3 legislaturas consecutivas, partindo de 15% das cadeiras



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celina Leão e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216688276900>



na primeira delas, passando a 23% na segunda, para chegar a 30% na terceira e última legislatura em que a regra teria vigência. Os percentuais podem parecer pequenos em comparação internacional, mas na prática impactaram diretamente a democracia brasileira com aumento considerável real para as mulheres.

Um dos pontos mais importantes a ressaltar é o aumento que se daria nas Câmaras Municipais. Nas eleições de 2020, apesar da garantia de um acesso mínimo a recursos públicos, instituído por decisão da Justiça Eleitoral, os progressos foram mais tímidos do que o esperado. Assim, a proposta impacta diretamente nos 949 municípios sem vereadoras e 1185 com apenas uma.

Ora, se adotada a proposta, nas últimas eleições municipais teríamos elegido 13.365 vereadoras. E, mais importante ainda que os aumentos numéricos, seria a mudança que se instituiria pela capilaridade das representantes femininas – teríamos vereadoras eleitas em todas as câmaras municipais, deputadas eleitas em todas as Assembleias Legislativas. Teríamos a garantia de construção de carreiras políticas desde baixo, lançando as bases para que as mulheres cada vez ampliassem mais seu espaço, para cima e para os lados.

Os procedimentos propostos para o preenchimento das vagas serão destrinchados a seguir, de modo a facilitar sua compreensão:

i) “Quando do pleito eleitoral não resultar a ocupação por candidatas mulheres do percentual mínimo definido no *caput* I”: se se verifica que, por força das regras de distribuição de lugares vigentes, parlamentares mulheres já ocupariam o percentual mínimo exigido de lugares, nenhuma providência a mais será tomada; mas se parlamentares mulheres ocuparem um percentual abaixo, providências adicionais serão tomadas, nos seguintes termos:

ii) “a candidata individualmente mais votada não eleita ocupará o lugar do candidato eleito menos votado de seu próprio partido, se houver”: identifica-se, entre as candidatas não eleitas (de todos os partidos), aquela que foi individualmente mais bem votada; essa candidata ocupará o lugar do



candidato de seu próprio partidos eleito com menos votos; mas isso só acontecerá “se houver” tal candidato (ou seja, não acontecerá se o partido não elegeu ninguém ou se só elegeu candidatas mulheres);

iii) “o mesmo acontecendo com as demais candidatas mais votadas, na ordem decrescente das votações recebidas, até que aquele percentual mínimo seja atingido”: se a candidata (não eleita) mais bem votada não vier a ocupar um lugar na respectiva casa legislativa por não haver em seu próprio partido um candidato eleito que ela possa substituir, o procedimento indicado em (ii) será retomado para a segunda candidata (não eleita) mais bem votada entre todos os partidos; se a candidata (não eleita) mais bem votada (ou a segunda, ou a terceira) vier a ocupar um lugar na casa legislativa, verifica-se se, com isso, parlamentares mulheres passam a ocupar o percentual mínimo exigido dos lugares na casa, com o que nenhuma providência a mais será tomada; se, por outro lado, aquele percentual mínimo ainda não tiver sido alcançado, o mesmo procedimento será retomado com a próxima candidata mais bem votada e assim sucessivamente até que ele seja atingido.

Repare-se, por fim, que embora o percentual mínimo de vagas efetivas torne desnecessária a obrigatoriedade (atualmente vigente) do preenchimento de vagas reservadas para candidatas nas listas de candidaturas para os fins a que a própria norma se propunha, é imperativo que a exigência seja mantida na lei. O adequado funcionamento da regra de reserva de um percentual mínimo de vagas, tal como aqui proposto, exige que haja um número mínimo de candidatos de ambos os sexos, pois seria incabível criar uma norma que, na prática, possa apresentar uma contradição interna, caso que se daria, por exemplo, se, em determinada circunscrição, nenhum partido registrasse candidatas.

Sala da Comissão, em de de 2021.

SECRETARIA DA MULHER



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celina Leão e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216688276900>





Emenda à PEC **(Da Sra. Celina Leão)**

Acrescenta dispositivos à
Constituição Federal vedando a realização
de eleições em data próxima a feriado
nacional.

Assinaram eletronicamente o documento CD216688276900, nesta ordem:

- 1 Dep. Celina Leão (PP/DF)
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 3 Dep. Professora Dorinha Seabra Reze (DEM/TO)
- 4 Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC)
- 5 Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)
- 6 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)
- 7 Dep. Professora Marcivania (PCdoB/AP)
- 8 Dep. Jaqueline Cassol (PP/RO)
- 9 Dep. Iracema Portella (PP/PI)
- 10 Dep. Daniel Almeida (PCdoB/BA)
- 11 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 12 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 13 Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)
- 14 Dep. Renildo Calheiros (PCdoB/PE)
- 15 Dep. Greyce Elias (AVANTE/MG)
- 16 Dep. Bohn Gass (PT/RS) *-(p_7800)
- 17 Dep. Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)
- 18 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 19 Dep. Luizianne Lins (PT/CE)
- 20 Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)
- 21 Dep. Professor Israel Batista (PV/DF)
- 22 Dep. Renata Abreu (PODE/SP)
- 23 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 24 Dep. Edna Henrique (PSDB/PB)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Celina Leão e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216688276900>



- 25 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
- 26 Dep. Aline Gurgel (REPUBLIC/AP)
- 27 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)
- 28 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 29 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 30 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 31 Dep. Elcione Barbalho (MDB/PA)
- 32 Dep. Margarete Coelho (PP/PI)
- 33 Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES)
- 34 Dep. Natália Bonavides (PT/RN)
- 35 Dep. Rosana Valle (PSB/SP)
- 36 Dep. Christiane de Souza Yared (PL/PR)
- 37 Dep. Marília Arraes (PT/PE)
- 38 Dep. Flordelis (PSD/RJ)
- 39 Dep. Marina Santos (SOLIDARI/PI)
- 40 Dep. Policial Katia Sastre (PL/SP)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

